

Antero Ferreira (coord.)

A Gripe Espanhola de 1918

Casa de Sarmento, Centro de Estudios do Patrominio, Universidade do Minho, 2020

Alexandra Esteves ^a

O livro *A Gripe Espanhola de 1918* é uma obra coletiva, coordenada por Antero Ferreira, que integra um conjunto de comunicações acerca da gripe espanhola, apresentadas no encontro científico internacional que teve lugar em Guimarães, em outubro de 2018. Nesta publicação, é dada expressão a diferentes perspetivas sobre a temática, desde a Demografia à História da Saúde, que se podem agrupar em três áreas: perspetivas globais sobre a gripe e outras pandemias, estudos de carácter regional e impactos socioculturais da pandemia. Graças à colaboração de diversos investigadores nacionais e estrangeiros, é, assim, colocado à disposição da comunidade científica e do leitor comum mais um contributo para o aprofundamento e alargamento do conhecimento sobre a maior pandemia do século XX.

O interesse acrescido que, nos tempos recentes, a gripe espanhola tem despertado em investigadores de diversas áreas, em particular nos historiadores, deve-se, em grande parte, aos dias complicados que hoje se vivem, marcados agora pela Covid-19. Apesar da tentação, que até é admissível, de estabelecer comparações entre as duas pandemias, importa que o historiador se acautele para não cair em anacronismos nem embarcar na procura descuidada de similitudes, dado que a sua análise exige, entre outros requisitos, que sejam tidos em devida conta os respetivos contextos. É de referir, desde logo, que a gripe pneumónica, muito mais mortífera que a atual pandemia e provocada por um agente diferente, atingiu sobremaneira os jovens saudáveis e, entre outras consequências, abalou a crença no poder da medicina, esfriou a exaltação do progresso e tornou mais presente o espectro da morte.

O tema da gripe não tem merecido especial atenção da parte dos historiadores, com exceção da pneumónica, que, nas últimas décadas, tem interessado a historiografia internacional. Sobretudo nos últimos dois anos, esta pandemia também passou a fazer parte, com mais frequência, da atividade investigativa desenvolvida em Portugal, da qual resultaram várias obras sobre a sua ocorrência em diversas regiões do país. O livro agora editado integra esse lote de publicações. Todavia, apesar dos muitos estudos já realizados, ainda persistem algumas dúvidas e divergências acerca da gripe espanhola, nomeadamente sobre as seguintes matérias: a origem, sendo consideradas três hipóteses (europeia, asiática e americana, se bem que a americana seja a mais consensual); o número de óbitos (habitualmente, aponta-se para entre 50 a 100 milhões de mortos, mas estudos recentes admitem que a barreira dos 100 milhões de

a Universidade Católica Portuguesa

óbitos foi ultrapassada); os grupos sociais mais afetados (muitos autores entendem que as classes sociais mais baixas foram as mais atingidas, mas alguns sustentam que os estratos sociais mais elevados também não foram poupados); se a gripe russa (1889-1890), conferiu, ou não, imunidade aos mais velhos, e explica o facto de os adultos jovens terem sido os mais atingidos; o número de vagas (há quem defenda a ocorrência de uma quarta vaga, que em Portugal terá acontecido no outono-inverno de 1919/1920).

Neste livro, composto por dezasseis artigos, predomina o elemento espacial como fator delimitativo da análise desenvolvida pelos respetivos autores, até porque o limite temporal está implícito na duração da própria pandemia. Com exceção de três trabalhos (dois referem-se ao caso de Espanha e um a Angola), os restantes dizem respeito a diferentes lugares do território nacional, incluindo o arquipélago dos Açores (ilhas do Faial e das Flores). Fogem a este critério espacial os dois últimos trabalhos, embora também façam referência a lugares concretos, bem como o artigo de Helena da Silva. Assim, Luís Pimenta Damásio escreve sobre Amadeo de Souza Cardoso, uma das vítimas mais conhecidas da pandemia, mostrando assim que as famílias mais abastadas não foram poupadas. Rosalina Pisco Costa, por seu lado, recorre à autoetnografia para, a partir de uma história de família e baseada em fontes manuscritas e impressas, escrever sobre a incidência da pneumónica na região de Évora. Entre outros aspetos, sublinha a obrigação de os cidadãos se envolverem na comemoração de eventos marcantes do país para se evitar o silenciamento e conseqüente esquecimento, recorrendo-se, para o efeito, como mostra a autora, ao *storytelling*. Helena da Silva aborda a pandemia em contexto da Grande Guerra, e procura avaliar, em particular, o seu impacto no Corpo Expedicionário Português (França) e dar a conhecer algumas das medidas profiláticas tomadas pela autoridades militares para a combater. A autora trata, assim, uma matéria pouca estudada e dá uma importante contribuição para preencher um vazio na historiografia portuguesa.

Os dois trabalhos que abordam a incidência da pneumónica em Espanha permitem estabelecer algumas comparações entre os dois países ibéricos em diversas áreas, designadamente sobre a situação sanitária, o papel da imprensa, as carências alimentares e medicamentosas e a incapacidade dos médicos para responderem eficazmente aos desafios inesperados colocados pela pandemia. Tal como em Portugal, também no país vizinho houve uma reflexão posterior, protagonizada sobretudo pelos médicos, tendo em vista o reforço das estruturas sanitárias e a criação de mecanismos que evitassem uma nova situação de descontrolo epidémico. O texto intitulado *La Pandemia de gripe em la provincia de Badajoz* dá conta da necessidade de fechar fronteiras ainda em abril de 1918, como forma de evitar a propagação do tifo exantemático que então grassava em Portugal, e do surgimento de comportamentos discriminatórios e xenófobos, que ocorrem, aliás, com alguma frequência em circunstâncias trágicas. Como refere a autora, os primeiros casos da epidemia em Espanha foram identificados em março, mas só foram assumidos em maio de 1918, precisamente na data em que chegou a Portugal.

Os estudos acerca dos Açores (ilhas do Faial e das Flores) mostram que a insularidade contribuiu para que o arquipélago apresentasse um quadro pandémico distinto do resto do país, caracterizado pela chegada mais tardia da doença, como sucedeu na ilha das Flores, que só foi atingida em abril de 1920, e pelo menor impacto a nível demográfico.

As fontes utilizadas para tratar a gripe pneumónica são essencialmente demográficas, embora também se note, em diversas comunicações, o recurso à imprensa da época. Os jornais são uma fonte deveras importante para o estudo das epidemias, constituindo uma preciosa ajuda para conhecer não apenas os avanços dos surtos e o seu impacto, mas também as perceções e as reações das populações, bem como a atuação das autoridades administrativas e sanitárias. Trata-se de um instrumento que se encontra longe de estar esgotado, pois ainda há linhas por explorar, como as que se relacionam com a publicidade, nomeadamente a substâncias medicamentosas e a tratamentos, que, na altura, preenchia algumas páginas dos periódicos, e que mostrava o esforço, se bem que inglório, para enfrentar a pandemia. Também é de salientar o papel relevante que desempenhou na informação das populações sobre a evolução da doença e os cuidados a ter para evitar a contaminação. Apesar dos elevados níveis de analfabetismo, muita gente aproveitava a leitura pública dos jornais, que nem sempre primavam pela isenção nas suas análises, até porque estavam condicionados pela censura então imposta.

Alguns dos trabalhos agora publicados foram colher informação a documentos e registos oficiais, produzidos pelas entidades envolvidas no combate à pneumónica. Em vários textos descobre-se a preocupação dos autores de cruzarem fontes de natureza diversa, tendo em vista o alcance de resultados o mais completos e objetivos possível. Todos os artigos patenteiam um interessante *corpus* documental e são reveladores da importância e da necessidade de preservação das fontes locais e dos arquivos municipais para o labor historiográfico.

Considerado o conjunto dos textos, descobrem-se algumas discrepâncias no tratamento do tema. No entanto, a linha prevalecte no livro remete para padrões e conclusões comuns, transversais aos diferentes trabalhos que o integram, o que vem demonstrar a importância dos estudos micro para a fundamentação e construção de generalizações devidamente sustentadas: contexto político e económico adverso; simultaneidade de outras epidemias e doenças, nomeadamente de varíola, tifo e tuberculose, que obrigavam a dispersão de recursos; o pico da pneumónica situado entre os meses de outubro e novembro; as dificuldades dos hospitais, quer por falta de recursos, quer pela resistência ao internamento, dado que continuavam a ser encarados como lugares destinados a pobres e desamparados. Já quanto à questão do género, os resultados não seguem um padrão consensual. Se alguns estudos referem as mulheres como as principais vítimas, outros defendem que o número de óbitos do sexo masculino superou o registado no sexo feminino. Sabemos que, a nível mundial, a enfermidade vitimou mais homens do que mulheres e provocou um elevado número de órfãos, dado que as vítimas se situavam sobretudo na faixa etária dos 20-40 anos.

Alguns artigos abordam a relação com o espiritual e aludem à interpretação punitiva da génese da doença, vista como um castigo divino, e destacam o papel desempenhado pela Igreja católica, não só no plano espiritual, mas também na ajuda material prestada às vítimas e aos seus familiares.

Apesar de mais um contributo para o conhecimento da gripe pneumónica, dado por este livro, o tema não está de forma alguma fechado, pois subsistem muitas matérias para pesquisar e muitas interrogações para responder. Todavia, importa não desconsiderar a investigação sobre outras epidemias de gripe que assolaram o Portugal contemporâneo e que carecem de análise.